



Exmo. Senhor
Ministro de Estado e das Finanças
Prof. Doutor Mário Centeno
Avenida Infante D. Henrique, 1 – 1º
1149-009 Lisboa

Lisboa, 25 de Maio de 2020

Assunto: Seguros de Crédito

Exmo. Senhor Ministro de Estado e das Finanças

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), e a Confederação do Turismo de Portugal (CTP) conscientes das dificuldades que as empresas estão a sentir no que se refere à obtenção de seguros de crédito, vêm solicitar a V. Exa a rápida resolução desta matéria.

Com efeito, são inúmeras as empresas que estão a ver reduzidos drasticamente os plafonds de crédito, nomeadamente da COSEC, quer estejamos a falar de seguros de crédito à exportação, quer do mercado nacional.

Invocam as seguradoras de crédito como argumento para a redução de crédito, as dificuldades que elas próprias estão a sentir em matéria de resseguros, já que o Estado Português não está a prestar garantias, desperdiçando desta forma a abertura dada pela Comissão Europeia.

Recorde-se que a Comissão Europeia deliberou alterar o anexo da sua comunicação aos Estados-Membros sobre a aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ao seguro de crédito à exportação em operações garantidas a curto prazo, o que permite aos Estados-Membros intervir e garantir seguros para risco de crédito à exportação a curto prazo para todos os países. Vários países europeus já operacionalizaram este mecanismo, o que deixa as empresas portuguesas numa situação de concorrência desleal.

Mas em matéria de seguros de crédito, é fundamental ainda a intervenção do Estado para garantir operações relativas ao mercado nacional. Um conjunto significativo de setores, em áreas essenciais, nomeadamente, produtos químicos e farmacêuticos, alimentar ou a construção, precisam urgentemente de manter ou reforçar estes seguros, sob pena de uma paragem abrupta da atividade económica.

Face ao exposto, e tendo em conta que o próprio Governo legislou no sentido de aumentar os limites à concessão de garantias públicas, vimos solicitar que, com a máxima urgência, sejam desencadeados os mecanismos necessários à efetiva operacionalização destas garantias.

Apresentamos os melhores cumprimentos,

Confederação dos Agricultores de Portugal, CAP



Eduardo Oliveira e Sousa
Presidente

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, CCP



João Vieira Lopes
Presidente

Confederação Empresarial de Portugal, CIP



António Saraiva
Presidente

Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, CPCI



Manuel Reis Campos
Presidente

Confederação do Turismo de Portugal, CTP



Francisco Calheiros
Presidente